

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.802 - RS (2019/0164574-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**EMBARGANTE** : **VALERIO VALTER DE OLIVEIRA RAMOS**  
**EMBARGANTE** : **MARIA MARGARETE DE BEM OLIVEIRA RAMOS**  
**ADVOGADO** : **CARLOS ALBERTO BENCKE - RS007968**  
**ADVOGADOS** : **RODRIGO RIBEIRO SIRANGELO - RS041667**  
**MARCELO SANTAGADA DE AGUIAR - RS041900**  
**DIEGO LANER FERRAZ - RS091058**  
**EMBARGADO** : **ROSSI RESIDENCIAL SA**  
**ADVOGADO** : **THIAGO MAHFUZ VEZZI E OUTRO(S) - SP228213**

## **EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS RECURSAIS. OMISSÃO VERIFICADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS.

## **DECISÃO**

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Valério Valter de Oliveira Ramos e Maria Margarete de Bem Oliveira Ramos à decisão monocrática proferida por este signatário, a qual não conheceu do agravo em recurso especial, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 449):

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. 1. APELO ESPECIAL QUE TEVE O SEGUIMENTO NEGADO NA ORIGEM, QUANTO À CONSONÂNCIA DO ARESTO IMPUGNADO COM TESE FIRMADA NO JULGAMENTO DE RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 1.042 DO CPC/2015. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO, NAS RAZÕES DO AGRAVO, DE FUNDAMENTO DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE NO PONTO. ART. 932, III, DO CPC/2015. 3. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

Em suas razões (e-STJ, fls. 454-456), os embargantes alegam omissão na

# Superior Tribunal de Justiça

decisão embargada, pois deixou de majorar os honorários anteriormente fixados, por conta do trabalho adicional realizado em grau recursal.

Impugnação às fls. 459-462 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Os embargos de declaração constituem modo de impugnação à decisão judicial de fundamentação vinculada, sendo apenas cabíveis nas hipóteses previstas no art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, quais sejam, a omissão, a obscuridade e contradição, bem como para sanar erro material.

O recurso em comento visa unicamente aperfeiçoar as decisões judiciais, de modo a prestar a tutela jurisdicional de forma clara e completa, não tendo por finalidade revisar ou anular decisões. Apenas excepcionalmente, ante o esclarecimento de obscuridade, desfazimento de contradição ou supressão de omissão, prestam-se os aclaratórios a modificar o julgado.

Na hipótese dos autos, os embargantes alegam a existência de omissão no *decisum* por não ter majorado os honorários recursais de sucumbência.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte é no sentido de que o CPC/2015 são aplicáveis e consequentemente incidem honorários recursais de sucumbência, nos recursos interpostos contra decisões publicadas na vigência do novo código.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. OMISSÃO CONFIGURADA. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS PARA SANAR O VÍCIO. CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS. REQUISITOS.

I - Para fins de arbitramento de honorários advocatícios recursais, previstos no § 11 do art. 85 do CPC de 2015, é necessário o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: Direito Intertemporal: deve haver incidência imediata, ao processo em curso, da norma do art. 85, § 11, do CPC de 2015, observada a data em que o ato processual de recorrer tem seu nascedouro, ou seja, a publicação da decisão recorrida, nos termos do Enunciado 7 do Plenário do STJ: "Somente nos recursos interpostos contra decisão

publicada a partir de 18 de março de 2016, será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do novo CPC"; o não conhecimento integral ou o improvimento do recurso pelo Relator, monocraticamente, ou pelo órgão colegiado competente; a verba honorária sucumbencial deve ser devida desde a origem no feito em que interposto o recurso; não haverá majoração de honorários no julgamento de agravo interno e de embargos de declaração oferecidos pela parte que teve seu recurso não conhecido integralmente ou não provido; não terem sido atingidos na origem os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, para cada fase do processo; não é exigível a comprovação de trabalho adicional do advogado do recorrido no grau recursal, tratando-se apenas de critério de quantificação da verba.

II - A título exemplificativo, podem ser utilizados pelo julgador como critérios de cálculo dos honorários recursais: a) respeito aos limites percentuais estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC de 2015; b) observância do padrão de arbitramento utilizado na origem, ou seja, se os honorários foram fixados na instância a quo em valor monetário, por meio de apreciação equitativa (§ 8º), é interessante que sua majoração observe o mesmo método; se, por outro lado, a verba honorária foi arbitrada na origem com base em percentual sobre o valor da condenação, do proveito econômico ou do valor atualizado da causa, na forma do § 2º, é interessante que o tribunal mantenha a coerência na majoração utilizando o mesmo parâmetro; c) aferição do valor ou do percentual a ser fixado, em conformidade com os critérios estabelecidos nos incisos I a IV do § 2º do art. 85; d) deve ser observado se o recurso é parcial, ou seja, se impugna apenas um ou alguns capítulos da sentença, pois em relação aos demais haverá trânsito em julgado, nos termos do art.

1.002 do CPC de 2015, de modo que os honorários devem ser arbitrados tendo em vista o proveito econômico que a parte pretendia alcançar com a interposição do recurso parcial; e) o efetivo trabalho do advogado do recorrido.

III - No caso dos autos, além de o recurso especial ter sido interposto quando ainda estava em vigor o CPC de 1973 e não haver sido fixada verba honorária na origem, por se tratar de decisão interlocutória, a parte ora embargante pretende o arbitramento dos honorários recursais previstos no § 11 do art. 85 do Novo CPC no âmbito do agravo interno, o que, como visto, não é cabível.

IV - Embargos de declaração acolhidos para, sem atribuição de efeitos infringentes, sanar a omissão no acórdão embargado. (EDcl no AgInt no REsp 1.573.573/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/4/2017, DJe 8/5/2017).

No presente caso, o acórdão recorrido foi publicado em 25/7/2018, conforme certidão de fl. 315 (e-STJ), sendo aplicável ao recurso interposto o CPC/2015,

# *Superior Tribunal de Justiça*

além disso, não foram ultrapassados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo Código Processualista, portanto, cabíveis os honorários recursais de sucumbência.

Diante do exposto, acolho os embargos de declaração para sanar a omissão apontada, a fim de, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majorar os honorários em favor dos advogados da parte recorrida, ora embargantes, em 1% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília-DF, 24 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

